

## UMA HISTÓRIA PARA IPEÚNA

Helia Maria de Fátima Gimenez Machado - FDB

O interesse pela História de Ipeúna surgiu durante a realização do projeto “Integrando universidade e escola através de uma pesquisa em colaboração”, que resultou na realização de três Atlas Municipais escolares, voltados ao ensino do município.

Para construir a História de Ipeúna, nos valem de três fontes: O uso de documentos oficiais, as fotografias e a história oral. E foi essa metodologia que provocou uma grande mudança nos rumos da pesquisa. Buscamos encontrar, remexendo no passado, fragmentos do tempo já vivido, embora sem pretensão de encontrar uma “realidade pura, absoluta”, pois, o interesse era fornecer um novo olhar à trama social ali vivida.

Ipeúna foi um pequeno povoado que um dia se estruturou como distrito de Rio Claro, só em 1964 conseguiu sua emancipação política, constituindo-se em município com Câmara Municipal e Prefeitura, pertencente à comarca de Rio Claro. Com apenas 3.500 habitantes, não havia “merecido” uma história escrita. Esta se encontrava muito bem guardada na memória dos velhos moradores.

Construir a história através de narrativas de suas testemunhas permite que se percebam novos significados para os acontecimentos passados, o que torna o processo mais rico e desafiador.

Os documentos escritos e oficiais foram alicerçando e balizando a história aos pedaços que os velhos moradores foram tecendo sobre vidas ali vividas. Nas conversas nas praças ou nas histórias contadas em casa, a memória oral tornou-se um instrumento poderoso para preservar a crônica do cotidiano da pequena localidade.

A memória dos velhos moradores apresentava-se como agente mediador entre o presente que perguntava e o passado respondendo com seu testemunho. Falando, contando, trazendo vida a tudo que era narrado. A memória oral, aquela que é contada pelo indivíduo, é única e reflete pontos de vistas contraditórios, contribuindo para o enriquecimento do trabalho.

Em Ipeúna, não encontramos o “lugar da memória”, entendendo como espaço criado com a finalidade de manter a memória escolhida pela classe dirigente. Tivemos que coletar fatos na memória das pessoas conferindo a esses parceiros um papel social definido e importante. Era um momento especial em que a informação deixava a oralidade e “ganhava” perenidade uma vez que em nossa sociedade a escrita se sobrepõe a oralidade.

Antes de nos atermos nos documentos oficiais e nas fotos nos voltamos para a maneira como se deu a ocupação da região onde se localiza Ipeúna.

A historiografia refere-se aos “sertões do morro azul”, em cujas terras hoje se situa o município de Ipeúna, que foi considerado durante um longo tempo, o limite conhecido para os moradores da Capitania de São Paulo.

Desta vasta região, que compreendia os “sertões do morro azul”, destacamos uma parte de terras, então ocupada pela Fazenda Serra D’Água, que possui esse sugestivo nome em função de uma serra movida pela força da água, decorrente de uma queda natural no curso do rio cabeça.

O proprietário dessa fazenda aparece no documento mais antigo que encontramos, relacionado à Ipeúna. O documento encontrado foi uma certidão de casamento entre escravos de propriedade Capitão Mor Estevam Cardoso de Negreiros “moradores do passa cinco”, antigo nome de Ipeúna. O casamento ocorreu em 1833, apontado que havia um reconhecimento oficial de um povoado.

Entretanto, pela própria natureza da pesquisa, os documentos e informações não chegaram em ordem cronológica e, tampouco, responderam de imediato às dúvidas. Às vezes, ao contrário, criam novas dúvidas cujo esclarecimento nos conduz a novas buscas e novas pesquisas.

Escritura de compra venda de terras encontradas no Arquivo do fórum da Comarca de Rio Claro revelara-se fonte importantíssima para entendermos a estrutura fundiária na região e ainda as distribuições de terras para a formação do povoado. O processo judicial revelador foi o “Processo de Divisão e Demarcação do Sítio Invernada” iniciado em 1896. Ipeúna, como um número grande de cidades, teve o aumento significativo de seu povoado após doações de terras ao Patrimônio Religioso, os poderes civis e religiosos ainda estavam muito interligados. Encontramos no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo um pedido da população do povoado, datado de 1884, para realização de missa por cinco anos na Capela de Santa Cruz do Bairro do Passa Cinco.

Com a República cessou a jurisdição e os direitos da Igreja, porém em 1896, ocorreram ali doações de terras ao patrimônio religioso. Vicente José Barbosa doou seis alqueires de terras à Nossa Senhora da Conceição e Francisco Barbosa de Moraes doou três alqueires à Santa Cruz da Boa Vista. As doações formais ocorreram no mesmo dia motivadas por um processo em curso. As terras doadas ao Patrimônio Religioso serviam para garantir provisão, o que em linguagem atual significaria garantia de recursos para a manutenção e a melhoria da capela ou igreja já existente. O restante das terras doadas, era dividido em lotes menores e distribuídos a fiéis, que poderiam construir suas casas e ali viverem. A propriedade da terra continuava a ser da Igreja que entretanto, concedia às pessoas o direito de construir suas casas. Eram os chamados terrenos Aforados, nos quais a construção pertencia a quem detinha a posse desde que pagasse à Igreja uma taxa anual de aforamento. Os fiéis que recebiam esses lotes aforados eram segundo <sup>i</sup> (Marx: 1991:36) “não possuidores de chão”.

Ao mesmo tempo em que o povoado aumentava ao lado da capela, entrelaçando-se poderes civis e religiosos, o poder público estadual criou um distrito policial, através de um decreto do Secretário da Justiça datado de 26/08/ 1892, cuja transcrição (parcial) segue.

“[...] O secretário dos negócios da Justiça sob proposta do Dr. Chefe da Policia resolve crear um Disctrito Policial no lugar denominado Santa cruz do Passa Cinco, pertencente ao termo de rio Claro”[...]

Novamente a atuação do Poder Público se fez sentir no desenvolvimento do povoado, quando em 30/04/01994 o Congresso Legislativo do estado de São Paulo criou “Cria com o nome de Santa Cruz da Boa Vista um Disctrito de Paz”. A proposta para a criação havia partido do congresso Legislativo do Estado de São Paulo, que corresponde hoje a Assembléia Legislativa. Após sua aprovação, o Poder Executivo, aceitando a solicitação despachou favoravelmente.

Qual teria sido o significado da criação de um Distrito de Paz para aquele povoada ainda incipiente? Para Ipeúna nenhum. Houve um tramite legal foram produzidos documentos e nada mudou na vida dos moradores.

Os documentos aos poucos foram sendo recuperados e analisados, porem uma questão ainda não havia sido respondida. Quem foram os primeiros moradores do povoado? De onde vieram? As respostas para essas questões vieram com a metodologia da Historia Oral.

Na memória do Sr. Pedro<sup>ii</sup> estava a resposta e a vida passou a pulsar dentro da pesquisa. “Meu avô chegou a Rio Claro junto com a ferrovia, vieram de Portugal. Ele tinha 20 anos, sabia ler e escrever. A família foi trabalhar no ‘avançamento’ dos trilhos da ferrovia, era a companhia Paulista. Passaram a trabalhar na abertura e prolongamento da estrada de ferro.....O trabalho era duro e o ganho pouco, então eles se desligaram da Companhia e se tornaram empreiteiros, fornecendo lenha para as máquinas. Na busca de um local para

extrair lenha encontraram uma aldeia coisa muito primitiva, com caboclos meio ariscos, custou para eles terem amizade. Imagine eles eram estrangeiros, aqueles caboclos quase índios . Aquela meia dúzia de casebres que deveriam estar ali para aproveitar a água da cabeceira. Em volta só sambambaieiro e nada mais. Com o tempo se achegaram aos caboclos que não eram de muito trabalhar....tinham roça de milho e mandioca, não tinham roupas. Faziam um tecido tirado das arvores, eles mesmos. Não tinham armas de fogo nem ferramentas, caçavam com arapuca ou assobiando imitando fêmea se o passarinho fosse macho e se fosse fêmea assobiavam como macho. O passarinho vinha e matavam com vara. Tinham uma pontaria que deus me livre, matavam com vara.... a gente do meu avô foram ficando ali para tirar madeira e lenha da mata em volta.quando ia escurecendo as mulheres colocavam velas num cruzeiro que eles mesmos fizeram. Os homens que ainda estavam na mata olhavam a luz da vela... e iam vindo, acertavam voltar". Eles contavam que nesse lugar ficavam os tropeiros e mascates.

Tivemos o privilégio de construir a historia com pessoas que ouviram falar ou viveram fatos relacionados a historia local. Após a transcrição das entrevistas as transformamos em narrativas, trabalho que nos permitiu um momento maior de reflexão e aprofundamento sobre os fatos narrados e o processo de rememoração. A valorização da memória e da narrativa faculta ao velho a sensação de estar recuperando um lugar que lhe foi confiscado na sociedade. O trabalho de recuperação da memória envolvendo velhos restaura, na dimensão política, o valor daquele que viveu e pode contar o que viu, o que sentiu, o que percebeu das relações que se desenvolveram ao seu redor.

Neste processo de construção da historia de Ipeúna, cada documento encontrado, cada foto recuperada, acabava acentuando o cenário que se delineava. No entanto a vida só foi trazida pela narrativas., que “costuravam” informações de um modo coerente. Cada novo documento que descobríamos era compartilhado com nossos sujeitos informantes, que o

tocavam, diziam coisas a respeito dele, fazendo com que a compreensão do fato ali legitimado ganhasse outra dimensão, ganhasse vida.

Sentíamos que estávamos realmente construindo uma história para Ipeúna, que tinha estado muito bem guardada na memória de seu velho. Percebíamos que nossos colaboradores se reuniam sem nossa presença, para conversar sobre o passado. Havia tomado realmente a sério a função de “rememorar” de “lembrar”. A seriedade e a responsabilidade que marcaram a forma segundo a qual aqueles idosos se percebiam dentro do processo de investigação, onde, suas memórias haviam se tornado o centro da pesquisa nos remeteram a Bosi<sup>iii</sup> “Se as lembranças as vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa” A tarefa que lhes propusemos, conferiu aos nossos colaboradores uma importância social pouco comum nos dias atuais.

Observamos também que na construção do passado, memória e história vinculam-se a um processo cognitivo, no qual a identidade do sujeito que colabora aflora e deve ser reconhecida e analisada como integrante da trama narrada.

A cidade de Ipeúna, chamada por seus moradores de vila, capela, distrito, cumpriu e registrou seus estágios de desenvolvimento na memória e nas representações de seus velhos moradores para muito além do espaço urbano. Tratavam seu lugar com uma familiaridade ímpar. O chão ao redor de Ipeúna tinha o significado de “morada”, local em que se desenvolveram as relações afetivas, os lugares citados são inseparáveis das relações lá desenvolvidas.

Na rememoração do velho, ele pode aportar sobre um fato ou uma emoção vivida há tanto tempo que ao re-visitar o episódio parece estar falando de algo distante, encoberto por tantas camadas que a vida vai sobrepondo. Ele narra um fato retirado, escolhido, que não pertence à sua vida corrente, fala de algo grandioso, re-contado como um fato

individual, próprio, usa o tom épico. Aquele episódio, agora narrado, tem cores fortes da emoção que, esta sim, permaneceu presente desde o fato ocorrido.

Os velhos moradores, ao contar da sua vida no espaço da cidade de Ipeúna, mostravam o cuidado em falar do fato que julgavam relevante para ser preservado. A preocupação com a morte e com ela o silêncio, os levavam a falar muito, sobre as diversas faces da vida lá passada. Os narradores queriam a cumplicidade da pesquisadora em seus depoimentos, queriam a garantia de que a memória seria preservada. Percebíamos, nos silêncios, nas pausas para rememorar, a linha tênue entre o vivido e o contado.

Os fragmentos contados pelos narradores são muito ricos, pois nos aproximam de um conhecimento nunca acabado, permitindo sua reconstrução, aproximando-nos da arte, estabelecendo uma ponte entre a ciência e a arte.

A construção da história de Ipeúna deu-se na possibilidade da confluência das três fontes: os documentos escritos, a memória de velhos moradores e as fotografias antigas. A partir do cruzamento dessas três fontes os caminhos foram sendo apontados.

Nossa pesquisa não buscou o resgate do passado de Ipeúna, pois, este, em nada poderia ser alterado. O que nos propusemos a fazer, foi desvelar o conhecimento sobre o passado, que, este sim, aceita diferentes versões e aprofundamentos. A fotografia cumpriu, em nossa pesquisa, a função de uma fonte auxiliar que colaborou para a composição da história registrada através da paisagem urbana. Ao mesmo tempo em que revelava lugares transformados, atuava como verdadeiro agente desencadeador de emoções.

Definimos como método para estabelecer diálogo direto com o documento a apresentação do mesmo aos velhos moradores para que falassem sobre ele. Assim observamos que buscavam um sentido para as mudanças ali ocorridas, mostrando-nos que tinham percebido as raízes do conhecimento da história local, que estavam sempre atrelados a fatos de sua vida pessoal.

Reafirmamos que na construção de uma História para Ipeúna demos voz e dispusemos a ter ouvidos a várias fontes: Os documentos escritos foram relacionados com as fotografias e as narrativas de velhos moradores, o que, em conjunto nos permitiram compor “Uma História para Ipeúna”. História essa que aguarda novas abordagens propostas por novos olhares interpretativos.

---

<sup>i</sup> MARX, M. Cidade no Brasil : Terras de quem? São Paulo, Edusp, Nobel 1991

<sup>ii</sup> Sr. Pedro Gomes Ferreira, nascido em 1928 trouxe de sua memória fatos que escutou de seu pai que escutou de seu avô.

<sup>iii</sup> BOSI, E. Memória e Sociedade: lembrança de velhos, São Paulo Companhia das Letras 1995:39